

Câmara não tem como ir além da CPI

Os 12 parlamentares que continuarão sob investigação na Câmara, através de uma comissão de sindicância presidida pelo corregedor da Casa, deputado Fernando Lyra (PSB-PE), têm poucas chances de ficarem sujeitos à cassação. "As chances são mínimas. Se a CPI não conseguiu colocá-los no relatório, onde vamos buscar os elementos para incriminá-los?", perguntou ontem Lyra, uma hora antes de se encontrar com o presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), para definir a estratégia de condução dos trabalhos de investigação.

Lyra observou que o poder da Corregedoria é muito restrito, pois limita-se a apreciação do comportamento dos parlamentares no recinto da Câmara. "Nós não podemos pedir a quebra de sigilo telefônico, nem fiscal nem bancário. E esses são grandes instrumentos para incriminação", ponderou o corregedor. Por isso, se a CPI do Orçamento não conseguiu elementos suficientes para sugerir a cassação dos 12 parla-

mentares, a Corregedoria da Câmara terá muitas dificuldades para obter provas.

Ações — Sem ainda ter lido integralmente o relatório final da CPI do Orçamento, o corregedor da Câmara disse que pretende examinar individualmente as acusações que recaem sobre cada um dos 12 parlamentares que continuarão a ser investigados. "Vamos examinar caso a caso", afirmou Lyra. E observou que, após a análise, poderá enviar os dados para a Receita Federal, o Ministério Público ou para a Comissão de Constituição e Justiça. "Pre-tendo sugerir ações a esses órgãos".

Ao todo, a Corregedoria da Câmara irá investigar 11 deputados: Jesus Tajra (PPR-PI), Pinheiro Landim (PMDB-CE), Uldurico Pinto (PSDB-BA), Pedro Irujo (PMDB-BA), José Carlos Aleluia (PFL-BA), Gastone Righi (PTB-SP), Jorge Tadeu Mudalen (PMDB-SP), José Luiz Maia (PPR-PI), Paes Landim (PFL-PI), José Carlos Vasconcelos (PRN-

PE) e Roberto Jefferson (PTB-RJ) — e o senador Dario Pereira (PFL-RN). "Mas a Corregedoria em si é muito limitada. Ela age mais politicamente", lamentou Lyra.

Corporativismo — A maior preocupação dos líderes no Congresso no momento é evitar que o corporativismo atrapalhe o processo de cassação dos parlamentares incriminados no relatório final da CPI da máfia do Orçamento. A expectativa é que os 17 parlamentares e um suplente, citados no relatório do deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), que não conseguiram provar sua inocência sejam punidos exemplarmente. Para o líder do Governo no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS), o País passa por uma revolução ética que vai levar à moralização política do Brasil. "O corporativismo não pode acontecer. Estamos cortando a nossa própria carne e dando um exemplo de combate à impunidade", disse Simon.